

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o Ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Inimigos concretos e imaginários	2
Título: Ai, meu bolso	4
Título: Uma nova era de culto à personalidade	4
Título: Ferreira Jr. permanece à frente da companhia no governo Bolsonaro.....	5
Título: Ministro diz que manterá privatização da Eletrobras.....	6
Título: Odebrecht faz acordo e aceita ressarcir estatal	8
Título: Bolsa abre o ano com recorde e ganho de 3,56%	9
Título: Presidente do Conselho da Petrobras renuncia	11
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	12
Título: Energia Em Abertura	12
Título: Para ‘despetizar’ governo, Casa Civil anuncia exoneração de servidores	13
Título: Ministro quer privatizar todos os aeroportos.....	15
Título: Presidente da Eletrobras continua para manter capitalização.....	17
Título: Eletrobras e acordo com Maia levam Bolsa a subir 3,6% e bater recorde	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: Tributos, prudência e pragmatismo.....	20
Título: » Espera aí.....	22
Título: Temer fora, Bolsonaro dentro, jogo vira?.....	23
Título: Eletrobrás será mesmo privatizada, diz ministro.....	25
Título: Bom humor com governo faz Bolsa bater recorde	26
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	28
Título: Eletrobras na rota da privatização	28

VEÍCULO: Valor Econômico	29
Título: Gasolina e gás devem segurar inflação em janeiro	29
Título: MME mantém presidente e capitalização da Eletrobras.....	31
Título: Aneel vai avaliar pedido para 'aliviar' parte não gerenciável da tarifa elétrica.....	33
Título: Para ministro da Infraestrutura, Ferrogrão é projeto mais desafiador	34
Título: Wilson Ferreira fica na Eletrobras e segue com capitalização da estatal	36
Título: Petrobras terá mudanças na diretoria e conselho	38
Título: Curtas	39
Título: Petros fechará novo plano após migrações	40

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Inimigos concretos e imaginários

O dia de ontem foi de comemoração na economia. O pensamento do ministro Paulo Guedes é conhecido no mercado, mas agora ele o repete como tomador de decisões e avisa que a reforma da Previdência é o primeiro e o maior desafio. **O ministro das Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque**, falou em retomar o processo de privatização da Eletrobras e Wilson Ferreira foi confirmado na presidência da estatal de energia. Era o que o mercado queria ouvir e isso fez disparar uma onda de otimismo. A bolsa bateu recorde e a ação da Eletrobras decolou.

Ao falar na sua posse no comando do novo e fortalecido Ministério da Economia, Paulo Guedes desfilou por quase uma hora com suas explicações para a história do mundo e do Brasil. O país, disse, vive sufocado pelo excesso de gastos públicos e esse é o centro do problema e por causa dele a economia respira “a falsa tranquilidade da estagnação econômica”..

Na hora de explicar como resolver, Guedes cometeu um deslize político. Disse que a reforma da Previdência será enviada, mas se não for aprovada será mandado o projeto de desindexação de despesas. Na verdade, as duas reformas são importantes, a previdenciária e a orçamentária. Um ministro da Economia não pode dizer que sabe o que fazer se a reforma da Previdência não for aprovada. Simplesmente não pode considerar essa possibilidade de derrota, porque ela seria desastrosa demais. Há a razão fiscal que a torna inexorável, mas há também o outro motivo que o ministro tratou com clareza meridiana:

— A Previdência é uma fábrica de desigualdades. Quem legisla tem as maiores aposentadorias, quem julga, também. O povo tem as menores — disse.

Esse é o motivo mais profundo pelo qual a reforma é fundamental. Ele não é o primeiro a mostrar a Previdência como geradora de desigualdades. O governo que encerrou seu tempo na terça-feira também bateu nesta tecla. Inutilmente. Portanto, é preciso mais e melhores dados e argumentos porque esta é uma causa fundamental para o país. Que Paulo Guedes se volte com essa retórica e os números para convencer primeiro o próprio governo de que ela é necessária para o equilíbrio fiscal e para o combate às desigualdades na distribuição de dinheiro público.

No discurso de ontem, Paulo Guedes, na verdade, propôs, além da reforma da Previdência, um programa com três “D”: desvinculação das receitas, desindexação das despesas, descentralização. Ele erra quando fala de alguns projetos como se fossem alternativos a outros. São complementares: — O bonito é que se der errado pode dar certo. Se não aprovar a reforma, a classe política pode dar um passo à frente e assumir o Orçamento.

O que ele quer dizer é que se as receitas não forem carimbadas, se não estiverem vinculadas nem foram corrigidas pela inflação passada, o Congresso terá mais poderes porque poderá verdadeiramente elaborar a peça orçamentária. Parece lógico, mas não é assim que a política costuma entender os fatos. Será muito mais difícil do que ele imagina convencer o Congresso dessas mudanças. Há 30 anos o legislativo engessa o Orçamento achando que assim garante o dinheiro para as áreas prioritárias. Como agora dizer que ele deve quebrar o gesso para ser mais forte?

Paulo Guedes apresentou a sua tese conhecida de que tudo o que houve nos últimos 30 anos foi tocado pelo mesmo grupo político. Seria a social-democracia, que agora será substituída pela liberal-democracia. Os rótulos não explicam complexidades. Não se pode dizer que foram semelhantes as políticas econômicas de Pedro Malan e de Guido Mantega, só para citar dois polos bem diferentes entre si. Os liberais que ele lidera tentarão agora fazer reformas que

estiveram no projeto de muitos dos seus antecessores no cargo, como Joaquim Levy.

Logo depois de o ministro Paulo Guedes explicar o seu projeto econômico, cheio de desafios concretos, o ministro Ernesto Araújo apresentou no Itamaraty o seu delírio contra os inimigos imaginários. O problema do embaixador Araújo é que ele tem uma visão de mundo bem específica, bem idiossincrática, e a apresenta como sendo a do país. Para ele, o Brasil agora se liberta do globalismo, na opinião dele nosso maior inimigo. Nestas primeiras horas já é possível dizer que o problema do governo Bolsonaro é que ele gasta tempo demais esbravejando contra inimigos inexistentes.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Ai, meu bolso

O preço do **etanol** deve subir nos postos do Rio. O decreto da governadora Rosinha Garotinho, de 2004, que reduzia o ICMS do **etanol** de 32% para 24% expirou na virada do ano, e o governador Wilson Witzel ainda não o renovou. Em São Paulo, o ICMS é de 12%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Bernardo Mello Franco

Título: Uma nova era de culto à personalidade

As palavras e os gestos não deixam dúvida: Brasília embarcou numa nova era de culto à personalidade do presidente. No primeiro dia útil do governo, ministros e assessores pareciam disputar um campeonato de bajulação. “O mito brasileiro tem nome: Jair Messias Bolsonaro”, desmanchou-se Onyx Lorenzoni, novo titular da Casa Civil. Em solenidade no Planalto, o ministro interrompeu o próprio discurso para pedir uma salva de palmas ao chefe. Sem constrangimento, descreveu o capitão reformado como “o homem que trouxe de volta a esperança verde e amarela”. “Bolsonaro foi chamado por Deus e escolhido pelo povo”, exaltou. O ministro Gustavo Bebianno, novo secretário-geral da Presidência, referiu-se ao presidente como “nosso comandante”. Ele é civil, mas fez questão de prestar continência diante das câmeras.

Onyx e Bebianno imitaram Bolsonaro ao ouvir o hino nacional com a mão no peito, à moda americana. Os generais Augusto Heleno e Santos Cruz, que também assumiram pastas na cerimônia, dispensaram a patriotada. Os ministros que se despediram do poder com Michel Temer também se esforçaram para agradar o novo inquilino do Planalto. O pastor e deputado Ronaldo Fonseca, que deixou a Secretaria-Geral, disse que Bolsonaro chegou à Presidência “ungido por Deus”. Carlos Marun, que ganhou fama como cão de guarda de Eduardo Cunha, afirmou que o novo presidente sente um “inarredável e intenso amor pelo Brasil”. Recém-nomeado para o conselho de **itaipu** Binacional, com salário de R\$ 27 mil para participar de uma reunião a cada dois meses, ele ainda incluiu a família no culto ao capitão.

“Minha esposa veio de verde-oliva”, disse, sem corar. A posse de Ernesto Araújo foi o samba do diplomata doido. Em discurso, o novo chanceler misturou referências a Renato Russo, Tarcísio Meira, Raul Seixas e um seguidor anônimo no Twitter. Recitou um trecho da Bíblia em grego e uma versão de Ave Maria em tupi. Diante de olhares espantados, exaltou o ideólogo Olavo de Carvalho e mandou os funcionários do Ministério das Relações Exteriores lerem “menos New York Times e mais José de Alencar”. Repetiu a cantilena contra o “globalismo”, avisou que “não tem medo de sofrer” e prometeu “libertar a política externa e o Itamaraty”. Numa equipe ministerial que conta com a pastora Damares Alves, o novo chanceler consegue chamar a atenção pelo exotismo. Uma façanha.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/01/2019

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Ferreira Jr. permanece à frente da companhia no governo Bolsonaro

BRASÍLIA- Embora não tenha sido anunciado durante a fase de transição, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, informou ontem que aceitou o convite do novo **ministro de Minas e Energia, Almirante Bento Albuquerque**, para permanecer no comando da estatal durante o governo de Jair Bolsonaro.

Diferentemente dos bancos estatais e da Petrobras, até ontem ainda não havia definição oficial sobre o comando da Eletrobras. A permanência de Ferreira Júnior foi bem recebida pelo mercado. Ele dirige a estatal desde julho de 2016, indicado pelo ex-presidente Michel Temer.

Nesse período, conduziu uma reestruturação da empresa para a redução de custos e endividamento, incluindo um programa de demissão incentivada para a redução do gasto com pessoal e a venda de ativos de menor porte na área de geração e distribuição. A tarefa mais comemorada foi a venda de seis distribuidoras deficitárias do Norte e Nordeste, evitando a liquidação das empresas este ano.

Embora o ministro de Minas e Energia tenha sinalizado pela continuidade do processo de privatização da Eletrobras por meio de um aumento de capital, Ferreira Júnior não esclareceu se o projeto de lei enviado pelo governo anterior ao Congresso será retomado. Segundo ele, o nível de participação que o governo manterá na empresa ainda será definido.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/01/2019

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura, João Sorima Neto, Ramona Ordonez E Bruno Rosa

Título: Ministro diz que manterá privatização da Eletrobras

Declaração de **Bento Albuquerque ao assumir Minas e Energia** faz ações da estatal dispararem mais de 20%

BRASÍLIA E SÃO PAULO- Ao tomar posse ontem no cargo de ministro de Minas e Energia, o almirante Bento Albuquerque afirmou que o novo governo dará continuidade ao processo de privatização da Eletrobras, iniciado no governo de Michel Temer. Chamada pelo novo ministro de "capitalização", a desestatização travou no Congresso por falta de apoio político. A declaração fez as ações da estatal dispararem na Bolsa, com alta de mais de 20%. O novo ministro também afirmou que pretende "aprimorar" o regime de partilha de exploração de petróleo no pré-sal.

— Sempre levando em consideração o interesse público, se dará prosseguimento ao processo em curso de capitalização da Eletrobras — disse Albuquerque em seu discurso de posse, pela manhã.

Pouco depois, as ações ordinárias (ON, com direito a voto) da elétrica subiam a 11,8%, enquanto os papéis preferenciais (PN, sem direito a voto) registravam variação positiva de 8,9%. No final do dia, os papéis ordinários fecharam com alta de 20,72%, a R\$ 29,25, enquanto os preferenciais avançaram 14,5%, a R\$ 32,26.

O projeto de privatização da Eletrobras foi enviado ao Congresso no início deste ano. Sem apoio dos deputados, não teve andamento. A proposta prevê o aumento de capital da empresa, por meio de lançamento de ações na Bolsa de Valores, até o governo perder o controle da estatal. O almirante não deu detalhes sobre a proposta de capitalização que pretende encampar.

TARIFA MENOR

Ainda no setor elétrico, disse que buscará reduzir os encargos e subsídios que pesam nas contas de luz: — Previsibilidade, estabilidade regulatória e jurídica e governança. Esses três conceitos serão compromisso e instrumento de nossa gestão. No setor elétrico, os conceitos se traduzirão no nosso empenho de buscar redução de encargos e subsídios, que hoje representam significativa parcela do preço da energia para o consumidor final.

Para Pedro Galdi, analista da Mirae Asset, o discurso pró-privatização do novo ministro e os sinais de continuidade na reestruturação da Eletrobras embalaram a alta das ações da estatal, ainda que o ministro não tenha sido muito específico. Durante a campanha eleitoral, Jair Bolsonaro chegou a dizer que era contra vender "miolo" da estatal.

— A expectativa é de um enxugamento na empresa, com programa de demissão voluntária. As distribuidoras deficitárias já foram vendidas e agora existe a expectativa de venda da transmissão. Certamente o processo de desestatização tem vários caminhos para avançar. Será uma nova Eletrobras — avaliou o analista.

Sobre o regime de partilha na exploração de petróleo, pelo qual parte do óleo extraído pelas empresas é repassado para a União, o ministro Albuquerque disse que a legislação será aprimorada, mas também não deu detalhes sobre o que pretende encaminhar:

— Aprimoraremos a lei da partilha de produção, de modo a proporcionar maior competitividade no ambiente de exploração e produção, maior pluralidade de investidores, menor custo de transação para União, e mais investimentos e retorno econômicos e sociais.

Durante a transição, técnicos informaram que uma das ideias do ministro da Economia, Paulo Guedes, era mudar o regime de exploração do pré-sal de partilha para concessão. A mudança pode alterar substancialmente a arrecadação do governo com as rodadas de licitação de campos de petróleo, aumentando as receitas nos leilões, mas reduzindo os valores no longo prazo.

Para especialistas, o ministro indica que o governo pretende manter a flexibilização das regras iniciada no governo Temer para atrair mais

investimentos no setor de petróleo e gás. No entanto, qualquer mudança precisa ser aprovada no Congresso. Para Alexandre Chequer, do Tauil & Chequer Advogados, o governo deveria acabar com o chamado polígono do pré-sal, a área demarcada geograficamente onde se encontram as reservas concedidas por meio de partilha. Para Guilherme Vinhas, advogado especializado no setor do escritório Vinhas e Redenschi Advogados, a fala do ministro já mostra disposição em tornar os certames mais competitivos.

Carioca, Bento Albuquerque tem 60 anos e iniciou sua carreira na Marinha em 1973. Ex-diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha, ele é um defensor da tecnologia nuclear desenvolvida no Brasil como estratégia para fortalecer a soberania do país.

O novo ministro defendeu um diálogo na sociedade e no mercado sobre a ampliação do uso da energia nuclear no Brasil, sua principal área de atuação na Marinha:

— No setor de energia nuclear, pretendemos estabelecer um diálogo efetivo, desarmado, e pragmático com a sociedade e o mercado sobre essa fonte estratégica da matriz energética brasileira. O Brasil não pode se entregar ao preconceito e a desinformação, desperdiçando duas vantagens competitivas raras: o domínio da tecnologia e do ciclo do combustível nuclear e a existência de grandes reservas de urânio em território nacional — defendeu.

O ministro disse que irá apresentar um calendário plurianual de leilões de petróleo, além de expandir as competências do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) na definição do regime de exploração de áreas do pré-sal.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/01/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Odebrecht faz acordo e aceita ressarcir estatal

Empreiteira pagará R\$ 161,9 milhões por prejuízos relacionados à construção de hidrelétricas

A Odebrecht vai pagar cerca de R\$ 161,9 milhões à Eletrobras após um acordo firmado com autoridades brasileiras em meio às acusações de corrupção contra a empreiteira investigada na Operação Lava-Jato, disse a estatal de energia em comunicado ontem.

"A adesão ao acordo é uma oportunidade de fazer retornar à Eletrobras parte dos recursos a que a companhia tem direito, diante dos prejuízos causados pela Odebrecht, decorrentes do esquema de corrupção desvendado pela Lava Jato", afirmou a estatal.

O ressarcimento foi acertado após a Odebrecht assinar no último dia 31 um termo de adesão a um acordo de leniência firmado com o Ministério da Transparência e a Controladoria-Geral da União (CGU), disse a Eletrobras. Antes, a Odebrecht já havia reconhecido num acordo de leniência de 2016 o pagamento de propinas a autoridades no Brasil e em outros países para obter grandes contratos de obras públicas.

SANTO ANTÔNIO E BELO MONTE

Os valores serão pagos à Eletrobras em 21 parcelas anuais, corrigidas pela Selic, a partir de outubro de 2019.

No comunicado, a Eletrobras lembrou que sua investigação interna, liderada pelo escritório norte-americano de advocacia Hogan Lovells, encontrou perdas de R\$ 122,8 milhões por corrupção na usina de Santo Antônio, onde a estatal é sócia por meio da subsidiária Furnas.

A hidrelétrica em Rondônia ainda tem como acionistas a mineira Cemig e a própria Odebrecht, além do FIP Amazônia energia, da Caixa, e a SAAG Investimentos, ligada à Andrade Gutierrez.

Outros R\$ 91,46 milhões em perdas identificadas pela investigação da estatal eram relacionados ao projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, no qual a empresa tem como sócias as elétricas Neoenergia, Cemig e Light, além dos fundos de pensão Petros e Funcef e a mineradora Vale.

A Eletrobras disse que a subsidiária Furnas receberá a maior parte dos valores da Odebrecht, no total de R\$ 117,68 milhões.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/01/2019

Seção: Economia

Autor: Gabriel Martins E João Sorima Neto

Título: Bolsa abre o ano com recorde e ganho de 3,56%

Ibovespa fica nos 91.012 pontos, com expectativa positiva sobre reformas e melhora do ambiente de negócios com o novo governo. Ações de bancos sobem mais de 4%, e papéis da Petrobras têm alta de até 5,82%

RIO E SÃO PAULO- Os investidores começaram o ano com expectativa positiva em relação ao início do governo Jair Bolsonaro. No primeiro pregão de 2019, o Ibovespa, índice de referência da Bolsa brasileira, disparou e fechou com ganho de 3,56%, aos 91.012 pontos, um novo recorde.

Na máxima do dia, atingiu 91.478 pontos, também maior nível já registrado durante um pregão. O recorde anterior de fechamento, de 89.820 pontos, foi registrado em 3 de dezembro. Já o dólar comercial recuou 1,70%, a R\$ 3,81. Segundo analistas, os investidores se animaram com os discursos da nova equipe de governo, que sinalizaram continuidade das privatizações, melhora do ambiente de negócios e andamento da reforma da Previdência.

— Enquanto no exterior aumentou o temor de que a economia global vai crescer menos em 2019, por aqui o clima foi de euforia com o novo governo. A expectativa é que um projeto de reforma da Previdência seja encaminhado logo ao Congresso, que a equipe econômica reduza o custo Brasil e leve adiante um projeto de reforma tributária. Tudo isso fez a Bolsa subir com força, na contramão do mercado externo — avaliou Pedro Galdi, analista da Mirae Asset.

FORJAS TAURUS SALTAM 46%

A maior alta do Ibovespa foi a dos papéis da Eletrobras, depois de o **novo ministro de Minas e energia** afirmar que pretende avançar na privatização da companhia. As ações ordinárias (ON, com direito a voto) da estatal subiram 20,72%, a R\$ 22,25, enquanto os papéis preferenciais (PNB, sem voto) avançaram 14,52%, a R\$ 32,26.

Para o analista Gabriel Francisco, da XP Investimentos, o Brasil neste primeiro dia útil de 2019 foi o destaque positivo do mercado financeiro internacional, com os discursos da equipe do novo governo seguindo a linha que o mercado esperava. O ministro da Economia, Paulo Guedes, por exemplo, afirmou que a Previdência Social, as privatizações e a simplificação de tributos são os "pilares da nova gestão", o que sinaliza melhora do ambiente de negócios no Brasil.

— Além disso, o PSL fechou acordo para a reeleição de Rodrigo Maia à presidência da Câmara dos Deputados, o que mostra que o governo está se movimentando para se articular e construir uma base de apoio no Congresso para aprovar as reformas — afirmou o analista.

— Se o governo conseguir demonstrar que vai avançar nesta agenda positiva, tem possibilidade de entrada novamente do investidor estrangeiro, que no ano passado não foi o mais ativo na Bolsa.

Os papéis de bancos, de forte peso no Ibovespa, também tiveram alta expressiva, pois serão beneficiados com as reformas estruturais e a retomada do crescimento da economia. As ações PN do Bradesco avançaram 4,86%, a R\$ 40,53, e as do Itaú Unibanco ganharam 4,31%, a R\$ 37,01.

Já os papéis PN da Petrobras subiram 5,82% a R\$ 24, enquanto os ON avançaram 4,88% a R\$ 26,40, com a alta do petróleo no exterior. O barril do Brent subiu 2,27%, a US\$ 55, de acordo com a Bloomberg.

— O dia começou com o preço do petróleo caindo, mas houve uma reviravolta e o valor subiu cerca de 2%. Essa mudança impactou as bolsas europeias, que fecharam no azul, e animou os investidores por aqui — explicou Pedro Guilherme Lima, analista da Ativa Investimentos.

Até mesmo as ações da fabricante de armas Forjas Taurus subiram com força, em meio à expectativa de liberação do porte de armas sinalizada pelo novo governo. Os papéis da empresa, que não está no Ibovespa, saltaram 39,50% a R\$ 5,65, no caso dos PN, e 46,76%, a R\$ 7,03, no caso dos ON.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/01/2019

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Presidente do Conselho da Petrobras renuncia

Dois conselheiros e dois diretores deixaram estatal às vésperas da posse do novo presidente

Apesar de o novo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, só tomar posse hoje, já era intensa ontem a dança das cadeiras na cúpula da estatal. Em comunicado ao mercado, a Petrobras informou a renúncia do presidente do seu Conselho de Administração, Luiz Nelson Guedes de Carvalho, e do conselheiro Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis, que apresentaram cartas abrindo mão também dos cargos que ocupavam nos comitês do Conselho dos quais faziam parte.

A estatal informou que o conselheiro Jerônimo Antunes exercerá interinamente as funções da presidência do Conselho, por decisão do próprio colegiado. Ele

integra o Conselho da estatal desde julho de 2015 e o Comitê de Auditoria desde setembro de 2015. Desde agosto de 2016, ele preside este comitê. Ele também já foi integrante do Conselho de Administração da BR Distribuidora e presidente do Comitê de Auditoria Estatutário da subsidiária.

Além das baixas no Conselho de Administração, dois diretores da companhia já deixaram seus cargos desde o último dia 31: Nelson Silva, que era diretor de Estratégia Organização e Sistema de Gestão, e Jorge Celestino, que ocupava a diretoria de Refino e Gás Natural.

Segundo fontes ouvidas pelo GLOBO, a saída antecipada de alguns diretores e de membros do Conselho de Administração se deve a questões de afinidade entre o estilo de gestão dos executivos e o do novo presidente da companhia.

FORMAÇÃO EM CHICAGO

Roberto Castello Branco integrou o Conselho de Administração da Petrobras entre maio de 2015 e abril de 2016. Ele é graduado em economia, com doutorado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pós-doutorado pela Universidade de Chicago, mesma escola que formou o pensamento do ministro da Economia, Paulo Guedes. O novo presidente da Petrobras também foi diretor da mineradora Vale, do Banco Central, do Banco Boavista e do Banco Inter Atlântico.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Energia Em Abertura

Mercado Aberto

A primeira ampliação do mercado livre de energia (aquele em que grandes consumidores podem escolher de quem comprar) deverá fazer com que mais empresas entrem nesse ambiente, segundo agentes do segmento.

A partir de julho, companhias que usam pelo menos 2.500 kW terão a opção de decidir de quem adquirir, não importa o tipo de fonte.

Pela regra atual, a faixa entre 500 kW e 3.000 kW só é atendida pelas renováveis.

"Há cerca de 1.200 consumidores que estão no mercado cativo e terão a possibilidade de migrar", afirma Rui Altieri, presidente do conselho da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Clientes que passarem a ser livres abrirão espaço para que o lastro de energia incentivada seja ofertada a outros, de menor consumo, o que fortalece a migração, segundo ele.

"O próximo passo deverá ser diminuir a carga mínima obrigatória para as renováveis", diz Thais Prandini, da consultoria Thymos.

Orçamento de fundação ligada a desastre de Mariana sobe 35% A Renova, fundação mantida pelas controladoras da mineradora Samarco, BHP Billiton e Vale, para indenizar afetados pelo desastre de Mariana (MG) e gerir as ações de reparação, terá orçamento de R\$ 2,94 bilhões neste ano.

O montante é 35% mais alto que o do ano passado.

"É a hora das indenizações mais complicadas, e o maior valor vai para elas. Em 2018, o trabalho mais intenso foi para identificar os futuros beneficiados", diz o presidente Roberto Waack.

O desembolso será de R\$ 1,1 bilhão para auxílios como os pagos a pescadores que não podem retornar ao trabalho e outros ressarcimentos.

"Identificaremos, com ajuda da comunidade, pescadores não formalizados que devem receber compensação", diz a diretora de planejamento Cynthia Hobbs. Com isso, espera-se identificar eventuais casos de fraude.

Outros R\$ 235 milhões serão destinados a obras dos reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana (MG), e de Gesteira, em Barra Longa (MG).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/01/2019

Seção: Poder

Autor: Gustavo Uribe

Título: Para 'despetizar' governo, Casa Civil anuncia exoneração de servidores

Cerca de 320 funcionários devem ser demitidos; ideia é recontratar quem passar em avaliação

Com o objetivo de “despetizar” o Palácio do Planalto, o governo federal irá demitir todos os funcionários que ocupam cargos comissionados vinculados à Casa Civil.

Segundo o ministro Onyx Lorenzoni, cerca de 320 funcionários em cargos de confiança serão exonerados e submetidos a uma espécie de avaliação para definir se serão recontratados para os postos.

O objetivo, de acordo com ele, é afastar da pasta profissionais que foram chamados para a iniciativa pública durante os governos petistas.

“É importante para retirar da administração todos os que têm marca ideológica clara. Sabemos do aparelhamento que foi feito nos quase 14 anos que o PT aqui ficou. É fazer a despetização do governo federal”, disse.

As demissões serão assinadas nesta quarta-feira (2) e publicadas nesta quinta-feira (3) no Diário Oficial da União.

Segundo ele, a expectativa é de que o processo de avaliação dure em torno de duas semanas, o que fará com que as funções fiquem vagas durante o período.

“Nós tomamos a decisão de correr o risco de ter dificuldade. Vamos governar com aqueles que acreditam em nosso projeto e não colocar alguém que ponha em risco o projeto aprovado nas urnas”, disse.

O ministro explicou que, na conversa com o servidores comissionados, será perguntado se querem prosseguir em suas funções, por que chegaram ao governo federal e como chegaram.

“Para não sair caçando bruxa, a gente exonera e depois conversa”, afirmou, lembrando que a iniciativa foi uma promessa de campanha eleitoral.

Segundo ele, ficarão de fora da degola os comissionados que atuam na Imprensa Oficial e na SAJ (Subchefia para Assuntos Jurídicos), responsáveis pela publicação do Diário Oficial.

“Na SAJ, estamos trabalhando com a equipe e já houve certo ajuste, além de haver atos para produzir”, explicou.

Onyx disse que o objetivo não é cortar os cargos. Eles serão restituídos com os funcionários que passarem pelo teste da nova gestão e com eventuais novas contratações.

“Não dá para ter na nossa equipe pessoas compromissadas com cinco ou seis anos atrás”, disse. “Nós somos um governo de perfil de centro-direita e não tem

fundamento ter aqui alguém que é socialista, comunista ou qualquer dessas outras coisas”, acrescentou.

O ministro disse que irá propor que a medida seja adotada também pelas demais pastas na primeira reunião do presidente Jair Bolsonaro com a equipe ministerial, marcada para a manhã desta quinta.

Apesar da decisão, o presidente manterá o **ex-ministro Carlos Marun (MDB) no conselho de itaipu**. Segundo Onyx, foi um gesto de “boa vontade” com o ex-presidente Michel Temer.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Ministro quer privatizar todos os aeroportos

Titular da Infraestrutura fala em vender o que for possível, e o de Minas e Energia diz que acelerará capitalização da Eletrobras

Brasília- Os ministros de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**, tomaram posse nesta quarta-feira (2) se comprometendo a levar adiante, em sua maioria, planos herdados de Michel Temer e a intensificar o diálogo e a parceria com o setor privado para fazer decolar um ousado plano de concessões e privatizações.

Nos leilões previstos para o primeiro trimestre de governo, a expectativa de investimentos é de pelo menos R\$ 6,5 bilhões.

Tarcísio, como é chamado o ministro de Infraestrutura pelo setor, anunciou editais para a venda de 12 aeroportos em três blocos, rodovias, ferrovias e terminais portuários.

“Tudo que possa ficar com a iniciativa privada será concedido”, disse Tarcísio. “Vamos testar em março o leilão dos três blocos de aeroportos e, se der certo, já anunciamos a sexta rodada. Também faremos uma rodada de blocos no pré-sal e, com um bom resultado, anunciaremos aproxima etapa.”

O ministro disse que todos os aeroportos administrados pela Infraero serão privatizados. “Congonhas e Santos Dumont devem ficar para a última rodada, e aí revemos a situação da Infraero, como deixá-la ativa.”

Tarcísio disse ainda que resolverá “rapidamente” o impasse em torno dos contratos firmados pela ex-presidente Dilma Rousseff nas rodovias e em Viracopos que ficaram “inexequíveis” para as empresas devido à recessão.

Para levar seu plano de concessões e privatizações adiante, contará com o apoio da EPL (Empresa de Planejamento Logístico), empresa estatal que será incorporada ao ministério para estruturar projetos destinados à iniciativa privada) e do PPI (Programa de Parceria em Investimentos).

Tarcísio foi diretor de projetos do PPI na gestão Temer. O programa continuará sob o comando de Adalberto Vasconcelos, que já era secretário-executivo do programa, a quem Tarcísio estava subordinado.

Para atender a um pedido do presidente Jair Bolsonaro, Tarcísio disse que implantará um sistema de tecnologia da informação, uma espécie de aplicativo, que conectará o caminhoneiro diretamente ao dono da carga. A ideia é pôr fim aos atravessadores, estimulando os motoristas que hoje reclamam de custos elevados, principalmente diesel e frete.

A euforia dos investidores, no entanto, partiu das declarações de **Bento** Albuquerque. O ministro de Minas e Energia se comprometeu a levar adiante o processo de capitalização da Eletrobras.

A promessa ganhou força com a confirmação de que o atual presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior, será mantido no cargo com a missão de concluir o processo que ele mesmo capitaneou na gestão do ex-presidente Temer e que ficou parada no Congresso.

Na área de petróleo e gás, Albuquerque anunciou que fará mudanças no regime de partilha para estimular a participação de investidores estrangeiros na exploração dos campos de pré-sal.

O discurso agradou aos embaixadores do Reino Unido, da França, da Bolívia e da Noruega, países com empresas fortes na exploração de petróleo e gás a quem o ministro fez questão de agradecer pela presença na cerimônia de posse.

Para sustentar o plano de expansão da economia, pilotado pelo ministro Paulo Guedes, Albuquerque afirmou que sua primeira medida será uma revisão do custo da energia. A ideia é reduzir os encargos e subsídios para reduzir ao máximo a conta de luz.

Para isso, o ministro quer rever os custos não controláveis para que sejam corrigidos somente pela inflação.

Isso pesou demais nas contas ao consumidor nos últimos anos. As distribuidoras querem 1,15% a mais de correção sobre esses custos, além da inflação, o que pode refletir em um aumento de quase 10% na fatura.

Em outra frente, pretende acabar com as cotas das usinas da Eletrobras, que, diante dos riscos hidrológicos, são ressarcidas com aumento da tarifa pagas pelo consumidor. Albuquerque também quer rever o plano de realocação de energia.

Segundo André Pepitone, presidente da Aneel, que regula o setor, a agência já estuda esses assuntos apedido do ministro desde a transição.

Considerada estratégica, a produção de energia nuclear será prioridade e poderá ser usada, segundo assessores do ministro, até para ocupar espaço das usinas térmicas que tanto encarecem as contas de energia durante o período de seca.

“O Brasil não pode se entregar ao preconceito e à desinformação, desprezando o domínio que temos das duas tecnologias: exploração e processamento de urânio”, disse **Bento Albuquerque**, que, como almirante da Marinha, coordenou o programa nuclear brasileiro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/01/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Presidente da Eletrobras continua para manter capitalização

Brasília- O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, continuará na presidência da estatal para dar continuidade ao processo de capitalização que ele próprio conduzia. Seu mandato termina em abril e será renovado depois de aprovação do conselho da estatal.

O executivo confirmou à Folha que aceitou o convite feito pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

"Ainda não está definido qual será o modelo de capitalização", disse. No plano original, idealizado por ele, estava prevista a venda do controle da companhia de forma pulverizada. O executivo não soube dizer se esse modelo será mantido.

"Temos uma reunião na semana que vem para saber o que o novo governo quer, para depois discutirmos os detalhes desse processo. Tudo isso ainda será negociado com o novo governo."

O executivo disse que também será preciso resolver como fica a situação das 14 usinas geradoras da Eletrobras que hoje operam com o regime de cotas.

No processo de capitalização, está previsto o fim desse regime e a migração dos contratos para o livre mercado. Hoje, essa energia é subsidiada quando o preço da energia no mercado sobe devido aos riscos de geração.

No plano original, parte dos recursos da capitalização seria direcionada para compensar os consumidores por uma alta estimada de cerca de 7% nas contas de luz, impacto da migração dessas usinas para o esquema de mercado.

No final, a União poderia receber R\$ 12 bilhões, que seriam usados para o cumprimento da meta de déficit fiscal estimada em R\$ 139 bilhões para este ano.

Ferreira Junior também terá de resolver com o ministro o que fazer com a proposta de venda de uma participação minoritária da Eletrobras em Angra 3 para um sócio estrangeiro.

Recentemente, em entrevista à Folha, Albuquerque disse que pretende retomar a construção da usina e que a produção de energia nuclear é estratégica.

O ministro explicou que o país terá de pagar R\$ 12 bilhões para abandonar a obra que já consumiu R\$ 16 bilhões e que deve consumir cerca de R\$ 17 bilhões para ser concluída.

Segundo Ferreira Junior, não há conflito na busca de um parceiro para Angra 3. Também disse que seria possível destinar parte dos recursos da capitalização da Eletrobras para concluir a obra.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Tássia Kastner

Título: Eletrobras e acordo com Maia levam Bolsa a subir 3,6% e bater recorde

No primeiro pregão sob o governo de Jair Bolsonaro, dólar recua 1,7% e fecha cotado a R\$ 3,81

São Paulo- A Bolsa brasileira fechou na máxima histórica nesta quarta-feira (2), o primeiro pregão sob o governo de Jair Bolsonaro, impulsionada pelos discursos de posse de ministros e pelo acordo selado pelo partido do presidente, o PSL, para apoiar Rodrigo Maia à reeleição na Câmara dos Deputados.

Com o ambiente já muito positivo, o primeiro discurso de Paulo Guedes como ministro da Economia, apesar de contemplar todos os pontos esperados pelo mercado financeiro, não teve efeito nos preços.

O Ibovespa, principal índice acionário do país, subiu 3,56% e fechou no recorde de 91.012 pontos. O recorde anterior havia sido de 89.820 pontos. O volume financeiro foi de R\$ 17,3 bilhões, acima da média diária de 2018.

Na máxima do dia, a Bolsa chegou a subir mais de 4%, reflexo da euforia de investidores com o noticiário econômico vindo de Brasília à medida que ministros tomavam posse e faziam seus primeiros discursos.

A alta foi desencadeada pela valorização de mais de 20% nas ações da Eletrobras, após aposse do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. Na cerimônia, ele afirmou que o processo de capitalização da companhia, iniciado no governo de Michel Temer, será levado adiante.

Além disso, o atual presidente da companhia, Wilson Ferreira junior, disse que foi convidado a permanecer à frente da companhia e aceitou.

A disparada dos papéis da estatal levou a reboque a Petrobras, que avançou quase 6% no pregão e ajudou a sustentar a alta. Papéis do setor bancário e ações de empresas de educação também tiveram ganho expressivo nesta quarta.

A Bolsa ganhou um segundo gatilho de alta quando o PSL, partido de Bolsonaro, anunciou apoio formal à reeleição de Maia para a presidência da Câmara dos Deputados.

Na prática, a articulação com o político mostrou ao mercado a preocupação do governo Bolsonaro em construir maioria na Câmara para aprovação de reformas.

"A articulação política do Maia é muito cara e importante para a reforma da Previdência", afirma Victor Cândido, economista-chefe da Guide Corretora.

Nesse ambiente já muito favorável, quando Paulo Guedes começou a discursar, após as 15h30, a Bolsa não encontrou espaço para novos ganhos.

Alvaro Bandeira, economista-chefe da Modal mais, considera que investidores aproveitaram o momento para já embolsar lucros após alta de mais de 6% nas ações da Petrobras durante os negócios, o que ajudou a conter a alta do Ibovespa.

Para ele, porém, o discurso de Guedes, ao contemplar reforma da Previdência, controle do tamanho do Estado e carga tributária, soou como uma sinfonia para o mercado financeiro.

"Agora a caneta está valendo", acrescenta Bandeira, sobre a euforia de investidores nesse primeiro pregão do ano.

Por isso, o mercado teria voltado a ficar eufórico após pelo menos um mês se pautando pelo exterior negativo, com a saída de investidores estrangeiros limitando os ganhos na Bolsa.

No exterior, a quarta foi volátil: os índices americanos iniciaram o pregão em forte queda, mas fecharam no azul com afirmações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de que as negociações com a China para pôr fim à guerra comercial estão avançando.

Na Europa, as Bolsas terminaram sem direção definida, ainda que com resultados melhores que as perdas de mais de 1% registradas durante o pregão.

O mercado de câmbio brasileiro também destoou do exterior nesta quarta. O dólar caiu 1,70% e fechou cotado a R\$ 3,8110, no menor patamar desde o final de novembro. Em dezembro, o Banco Central precisou intervir no mercado para suavizar a disparada da moeda.

De uma cesta de 24 divisas emergentes, o real foi a que mais se valorizou ante o dólar. De forma geral, o dia foi negativo para moedas, com 16 delas se desvalorizando ante a americana.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Everardo Maciel

Título: Tributos, prudência e pragmatismo

Na Assembleia Constituinte de 1988, defendeu-se a inclusão dos impostos únicos federais incidentes sobre lubrificantes e combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e minerais na base do então existente ICM, argumentando-

se tratar de exigência da moderna tributação do IVA. Essa tese se fez acompanhar de proposta para eliminação da uniformidade da alíquota do ICM, prevista na Constituição anterior, a pretexto de conferir ampla liberdade aos Estados na fixação das alíquotas do imposto.

Os que se contrapunham àquelas teses, tidas como modernas e racionais, assinalavam, prudentemente, que essa combinação iria promover uma concentração da arrecadação nas bases dos impostos únicos federais e que, mantida a redução de base de cálculo, haveria uma inevitável tendência à instituição de uma miríade de alíquotas efetivas.

O entusiasmo teórico venceu a prudência. As "inovações", como previsto, produziram um caótico número de alíquotas efetivas e uma impressionante concentração na arrecadação do ICMS (as bases imponíveis dos extintos impostos únicos representaram, em 2017, 48% da arrecadação nacional desse ICMS). Na reforma tributária de 1965, a despeito de suas inúmeras virtudes, foram cometidos erros cuja relevância era pouco perceptível à época.

O ICM (hoje ICMS) jamais deveria ter sido incluído na competência dos Estados, em virtude dos problemas associados à tributação das operações interestaduais. A instituição do ISS, na competência tributária dos municípios, resulta hoje em virtual conflito com o ICMS, pela dificuldade, se não impossibilidade em muitos casos, de proceder à distinção entre serviço e mercadoria. Tais equívocos, ao fim e ao cabo, passaram a integrar o desenho do federalismo fiscal brasileiro, que desfruta de especial proteção constitucional. Enfrentá-los não autoriza, portanto, desconsiderar, por arrogância ou ingenuidade, a realidade política e constitucional das competências tributárias. Uma boa solução requer muita criatividade e habilidade, o que não é o caso do IVA nacional.

Convém, na matéria tributária, acolher ensinamentos da economia comportamental, que distinguiu Daniel Kahneman (2002) e Richard Thaler (2017) com o Prêmio Nobel da Economia. Esse novo enfoque valoriza emoções e hábitos nas decisões econômicas das pessoas, na presunção de que nelas há muita incerteza e alguma irracionalidade que escapa à ditadura do "suponhamos que" e às prescrições fundamentalistas de modelos. O IVA prescreve, em nome da transparência, a tributação destacada do valor do preço (incidência por fora).

O ICMS, ao contrário, inclui o imposto no próprio preço (incidência por dentro). No Brasil, a tradição da tributação do consumo é a incidência por dentro, que é obviamente mais simples. Não parece, todavia, razoável abdicar da simplicidade, em nome da transparência, sem que haja redução de preços. A incidência por dentro é análoga à nossa tradição de pagamento de gorjetas em

restaurantes. Brasileiros, no exterior, se sentem incomodados quando, ao indagarem o preço de uma diária de hotel, constatam que a informação não incluía o valor do imposto.

De igual modo, ao solicitarem a conta num restaurante, ficam desconfortáveis com a informação de que a gorjeta não fora incluída, como ocorre no Brasil. Transparência não é um valor absoluto. Deve ser cotejada com outros valores. Nos exemplos assinalados, o que se ganha em transparência se perde em praticidade, o que, ao menos para a grande maioria dos brasileiros, não constitui uma boa troca. Na França, uma explicação para os desastres das políticas tributárias de François Hollande, em 2013, e agora de Emmanuel Macron foi não tomar em conta a reação dos contribuintes.

Formular minuciosamente os problemas, exercitar a criatividade para solucioná-los, sem a inviável pretensão de encontrar uma solução mágica capaz de tudo resolver, e sopesar os custos políticos e os riscos jurídicos e econômicos será sempre um bom caminho. É a opção pela prudência e pragmatismo.

CONSULTOR TRIBUTÁRIO, FOI SECRETÁRIO- GERAL DA RECEITA FEDERAL (1995-2002)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: » Espera aí.

Coluna do Estadão

O presidente Jair Bolsonaro foi informado por sua consultoria de que não pode anular a nomeação de **Carlos Marun para o conselho de itaipu** feita por Michel Temer no último dia do seu governo.

» Salvo pelo gongo. A nomeação trata-se de "ato jurídico perfeito", aquele que, após realizado, não pode ser revisto. Foi essa a razão que obrigou Bolsonaro a recuar da sua decisão de exonerar Marun.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 03/01/2019****Seção: Espaço Aberto****Autor: Roberto Macedo****Título: Temer fora, Bolsonaro dentro, jogo vira?**

No último 7 de setembro, Michel Temer publicou aqui o artigo Em nome da verdade, sobre o que chamou de êxitos e avanços do seu governo. Mas o texto teve erros, bem como omissões de falhas. No início, errou feio sobre o crescimento do PIB: "Assumi (...) em maio de 2016, com um PIB negativo de 5,4%. (...) Em 2017 o PIB passou a positivo, de 1%. Ou seja, avançamos 6,4% pontos em pouco mais de um ano e meio". Ora, não há PIB negativo, e nem por si mesmo é medido por taxas. É o valor da produção de bens e serviços de uma economia num período de tempo. Variações temporais desse valor podem vir em taxas, positivas ou negativas.

Se há uma taxa negativa seguida por outra positiva, esta é calculada sobre o valor a que o PIB chegou após a queda. Temer viu taxas como sendo o PIB e supôs que uma positiva e pequena superava uma "negativa" bem maior. Complicado? Com números redondos, suponhamos que o valor do PIB estivesse no 100.º degrau de uma escada. Se descesse cinco degraus, chegaria ao 95.º. Se daí subisse um, chegaria ao 96.º, e não ao 101.º, conforme Temer. Com amigo advogado, relembramos o ditado de que esses profissionais não são bons de números, exceto os da legislação e seus artigos, de processos e páginas, de contas de honorários. Após cair 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016, o PIB subiu 1,1% em 2017 (o IBGE corrigiu a taxa desse ano) e para 2018 a última previsão divulgada pelo Banco Central é só de 1,3% de crescimento.

Assim, Temer esteve longe de tirar a economia do buraco ou depressão onde permanece, agora rastejando vagarosamente rumo à superfície, mas ainda bem longe dela. Vangloriou-se também da forte queda da inflação no seu governo, mas faltou dar crédito também a esse buraco, pois significa queda da demanda de bens e serviços, que contribui para menor inflação. Outro equívoco: "Os juros caíram de 14,25% para 6,5%". Quais juros? Essa queda foi só da taxa básica, ou Selic. Os juros em geral continuam muito altos e proporcionalmente caíram muito menos. Há um trecho com o qual concordo: "A fixação do teto para os gastos públicos foi fundamental".

De fato, foi uma medida muito importante no contexto das contas públicas. Passou no Congresso porque lá não houve um entendimento do que se tratava, em particular de suas implicações. Mas mesmo esse teto teve efeitos limitados e não evitou outros indesejados. Temer mencionou uma pequena redução do

déficit primário, mas o déficit final, que inclui também os juros da dívida pública, continuou ampliando fortemente essa dívida, um "avanço" omitido. Mencionou alguns investimentos, mas foram ínfimos no contexto de uma questão maior: o total de investimentos do governo central.

Olhei os do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o grupo mais abrangente. Foram de R\$ 55,7 bilhões em 2015, R\$ 45,7 bilhões em 2016, R\$ 31 bilhões em 2017 e R\$31,7 bilhões em 2018, ou seja, caíram bastante no governo Temer. Esses investimentos foram pressionados para baixo pelo contínuo aumento dos gastos previdenciários, na presença do teto para o total. Outro fator atuando na mesma linha foram os reajustes da folha do funcionalismo, absurdos diante das dificuldades orçamentárias do governo e do povo que o sustenta. Essa folha aumentou de R\$ 282,1 bilhões em 2015 para R\$ 301,2 bilhões em 2018.

Como no parágrafo anterior, o número de 2018 cobre novembro de 2017 a outubro de 2018, e todos esses bilhões, ajustados pelo IPCA, estão a preços de outubro de 2018. São dados do Tesouro Nacional processados pela Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal. Esse aumento da folha será agravado em 2019, quando os servidores terão novo reajuste, e porque Temer não vetou outro absurdo, o reajuste de salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Perdeu a chance de passar à História posicionando-se contra a corporação mais forte entre as que usam seu poder de forma aética para tirar mais dinheiro de um povo sofrido.

O último parágrafo: "... deixaremos pronta a cessão onerosa para ser usada pelo próximo governo... um reforço ... de mais de R\$ 100 bilhões". Cessão onerosa do quê? Esse trecho é incompreensível para leitores em geral. Soube que em áreas do pré-sal cedidas à Petrobrás, sob contratos de cessão onerosa, foi encontrado petróleo acima do volume contratado, que o governo poderá leiloar após ajuste de regras sobre o assunto. Mas a coisa não ficou pronta. Escrever é reescrever. Por que, com tantos assessores, Temer não recorreu a alguém para revisar seu texto? Eleito Bolsonaro, passei a ter a esperança de que, bem mais que um mal menor do que os petistas, ele faça um bom governo.

Em alguns aspectos a Presidência da República se parece com a de um grande clube esportivo, com várias especialidades, a principal sendo a da economia, onde há novo técnico, Paulo Guedes, para resolver tudo nesse posto, como num da rede Ipiranga. Como Meirelles e Guardia, montou ótimo time, mas o clube tem centenas de cartolas num conselho, o Congresso, e muitos não estão a fim de colaborar. Para outras especialidades, a lista de técnicos tem altos e baixos. E não está claro como será o jogo de cada um, nem sua harmonia com o desejado pelo presidente.

E há também um tribunal que se diz Supremo, mas às vezes resvala para baixarias, como ao barganhar indevidos penduricalhos salariais por efetivo reajuste de remuneração. Bolsonaro tem seguidores que o chamam de mito, sem o devido currículo. Mas poderá sê-lo historicamente se de fato puser as contas do governo em ordem e reposicionar o Brasil na rota de um crescimento forte e sustentável do PIB. Mantenho a esperança, mas na política a esperança dos cidadãos não é a última que morre. Bolsonaro tem de seis meses a um ano para mostrar serviço. Se não, o "Fora, Temer" pode mudar de nome.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/01/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Eletrobrás será mesmo privatizada, diz ministro

Afirmção do novo titular de Minas e Energia fez ação da estatal subir 20%

O ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, disse que o governo do presidente Jair Bolsonaro vai dar continuidade ao processo de privatização da Eletrobrás. A afirmação foi feita em seu primeiro discurso como ministro, na cerimônia de transmissão do cargo no MME. "Sempre levando em consideração o interesse público, se dará prosseguimento ao processo em curso de capitalização da Eletrobrás." O projeto de lei que reduz a participação da União na Eletrobrás de 60% para 40% e transforma a estatal em uma empresa de capital pulverizado – ou seja, sem um controlador definido – foi enviado pelo governo do ex-presidente Michel Temer em janeiro do ano passado.

Porém, a proposta não chegou a ser aprovada na Câmara, pois os deputados evitaram temas polêmicos em ano eleitoral. Bolsonaro, por outro lado, chegou a se manifestar contra privatizações na geração de energia – uma das principais áreas de atuação da Eletrobrás. Em entrevista ainda durante a campanha eleitoral, Bolsonaro disse que estatais que atuassem em áreas avaliadas como "estratégicas" não seriam vendidas. O temor do então candidato, hoje presidente da República, era que empresas chinesas adquirissem o controle do setor no País.

Com a notícia sobre a retomada dos planos de capitalização da companhia, o mercado reagiu e as ações da Eletrobrás dispararam, encerrando o dia em forte alta de 20,72%, nos papéis ordinários (ON, com direito a voto), e de 14,52% nos preferenciais (PN, com prioridade na distribuição de dividendos). No mesmo evento, o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr., confirmou que vai continuar à frente da empresa. Ele assumiu o cargo em julho de 2016, a convite

de Temer, e atuou a favor da venda das seis distribuidoras da companhia, leiloadas em 2018.

Ferreira Jr. não deixou claro se o projeto de lei de privatização da Eletrobrás enviado pelo governo anterior ao Congresso será retomado. "O processo de capitalização é necessário, o nível, vamos ter de conversar." Angra. Como já havia sinalizado em entrevista ao Estado, o novo ministro disse que a retomada dos investimentos em energia nuclear será uma prioridade de sua gestão, particularmente a Usina de Angra 3, no Rio. O almirante se dedicou à área nuclear na Marinha e também nas estatais federais ligadas à área.

As obras da usina estão paralisadas há três anos, por conta de denúncias de corrupção que resultaram na prisão e condenação de executivos da Eletronuclear (a estatal do setor). Angra 3 já consumiu R\$ 8 bilhões de investimentos e precisa de mais R\$ 15 bilhões para ser concluída. Sua energia deve ser, proporcionalmente, a mais cara do País, considerando todas as fontes, conforme estudo do Instituto Escolhas e da consultoria PSR, revelado pelo Estado. "No setor de energia nuclear, pretendemos estabelecer um diálogo efetivo, desarmado e pragmático com a sociedade e o mercado sobre essa fonte estratégica da matriz energética brasileira", disse o ministro.

"O Brasil não pode se entregar ao preconceito e à desinformação, desperdiçando duas vantagens competitivas raras: o domínio da tecnologia e do ciclo do combustível nuclear e a existência de grandes reservas de urânio em território nacional." Em energia, o ministro disse que vai buscar reduzir o peso dos encargos setoriais nas tarifas. Neste ano, os subsídios custarão cerca de R\$ 20 bilhões aos consumidores. Ele disse que pretende expandir os investimentos em energia, proporcionando maior segurança de abastecimento ao menor custo possível.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/01/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Bom humor com governo faz Bolsa bater recorde

No primeiro pregão após a posse de Bolsonaro, Ibovespa subiu 3,56% e ultrapassou 91 mil pontos; dólar recuou 1,83%, cotado em R\$ 3,8046

No primeiro pregão do ano – e primeiro após a posse de Jair Bolsonaro –, a Bolsa brasileira viveu dia de euforia e bateu recorde, ao ultrapassar os 91 mil pontos. O Ibovespa, principal índice da B3, subiu 3,56% – impulsionado pelo

bom humor com as declarações da nova equipe econômica. O otimismo também alcançou o dólar, que descolou das demais moedas emergentes e recuou 1,83%, cotado em R\$ 3,8046 – menor patamar desde 21 de novembro.

O principal motivo para a euforia no mercado foi o fechamento de apoio da bancada do PSL, partido de Bolsonaro, à reeleição de Rodrigo Maia (DEM-RJ) para a Presidência da Câmara dos Deputados. Na avaliação dos investidores, se confirmada, a medida poderá facilitar a tramitação de agendas importantes para o governo, em especial a reforma da Previdência. "Surpreendeu, logo após a posse de Bolsonaro, o anúncio do apoio do PSL à reeleição de Rodrigo Maia à Presidência da Câmara", disse Rafael Bevilacqua, estrategista da Levante Ideias de Investimento.

"Um dos medos do mercado era de que o governo não conseguiria negociar com a base, mas ele demonstrou habilidade política", acrescentou. Estatais. O discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, durante a cerimônia de transmissão de cargo também foi positivo. Guedes afirmou que é preciso fazer a descentralização de recursos para Estados e municípios, de forma que o Brasil reassuma característica de República Federativa.

O ministro destacou ainda que a reforma da Previdência é a principal prioridade do governo e também defendeu a agenda de privatizações. O discurso ajudou a turbinar as ações das estatais, que foram o grande destaque da bolsa. A Eletrobrás fechou o dia em alta de 20,72% (ON) e 14,52% (PNB), com uma série de sinalizações positivas para o futuro da companhia. Entre as boas notícias para a empresa, na leitura do mercado, está a confirmação de Wilson Ferreira Junior na presidência da estatal.

Em seu discurso de posse, o novo **ministro de Minas e Energia, Almirante Bento Albuquerque**, afirmou que dará prosseguimento ao processo de capitalização da estatal, trabalho que já vem sendo conduzido por Ferreira Junior. Banco do Brasil e Petrobrás tiveram desempenho mais modesto comparado a Eletrobrás, mas também positivo. As ações ordinárias do BB subiram 4,54% e da petroleira, 4,92%. Os papéis preferenciais da Petrobrás avançaram 6,08%. As ações de empresas privadas também acompanharam a escalada dos preços.

Bradesco subiu 4,5% (PN) e Itaú, 4,25% (PN). Na esteira da política mais favorável à liberação da posse de arma do novo governo, as ações da Forjas Taurus lideraram entre as maiores altas do mercado. As ações ordinárias da empresa tiveram um salto de 50,52% e as preferenciais, de 47,65%. Antes de ser empossado presidente, Bolsonaro havia afirmado, via Twitter, que liberará a posse de arma de fogo por meio de um decreto, assim como tornará o registro da arma definitivo. A expectativa é que a medida saia nos próximos dias.

Com o bom humor em relação ao novo governo, o mercado financeiro ignorou o movimento externo, com desvalorização das moedas emergentes e volatilidade nas bolsas americanas. Na avaliação de Hersz Ferman, economista da Elite Corretora, as perspectivas de sucesso com o novo governo, após o discurso de posse do novo presidente, contribuem para a "descolada" do mercado brasileiro do exterior. "O mercado está bastante confiante na nova equipe econômica e seu viés pró-mercado, com foco em desburocratização e ajuste das contas públicas", avalia Ferman.

Lá fora, o dólar se valorizou ante a maior parte dos emergentes. A alta dos preços futuros do barril do petróleo acima de 2% ajudou os países exportadores de commodities. O maior impulsionador do real, no entanto, foi o bom humor interno em relação às expectativas para a economia com o novo governo. "Existe uma renovação de expectativas, um otimismo maior sobretudo em relação à possibilidade de avanço na reforma da Previdência", aponta o economista- chefe da Guide Investimentos, Victor Candido.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/01/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Eletrobras na rota da privatização

O ministro de Minas e Energia, almirante Bento Costa Lima Leite, recebeu o cargo do ex-titular da pasta Moreira Franco ontem, prometendo diálogo com agentes do setor elétrico, redução de encargos e subsídios da tarifa de energia e continuidade no processo de privatização da Eletrobras. O militar também defendeu maior protagonismo da mineração no desenvolvimento do país e menos "preconceito e desinformação" dos brasileiros em relação à energia nuclear, uma fonte considerada "estratégica e com vantagens competitivas".

Para o almirante, os grandes desafios da pasta só serão vencidos com atendimento a três demandas comuns aos vários segmentos abarcados pelo MME: previsibilidade; estabilidade regulatória e jurídica; e governança. "Esses três conceitos serão, ao mesmo tempo, compromisso e instrumento de nossa gestão", prometeu.

No setor elétrico, o almirante afirmou que o MME vai buscar a redução de encargos e subsídios, que "representam significativa parcela do preço da energia". "Vamos dar maior segurança de abastecimento ao menor custo, sem comprometer os três pilares de sustentabilidade: ambiental, social e

econômico”, elencou. Lima Leite prometeu manter a “capitalização” da Eletrobras e criar ambiente para novos investimentos.

Na mineração, o ministro do MME defendeu a redução de embaraços para “uma atividade que envolve alto risco”. “Vamos dar continuidade às reformas regulatórias para consolidar a mineração como uma das forças da economia brasileira e importante vetor de desenvolvimento social, e contribuir para uma legislação específica relativa ao licenciamento, harmonizando os direitos minerário e ambiental”, enumerou.

O almirante garantiu que vai preservar o calendário plurianual de leilões de petróleo, ampliar as competências do Conselho Nacional de Pesquisa Energética (CNPE) nas áreas do pré-sal e aperfeiçoar as políticas de conteúdo local. Também assegurou apoio às energias renováveis hídrica, eólica, solar, etanol, bioeletricidade e biodiesel.

Defensor da energia nuclear, o almirante assinalou que o MME vai estabelecer um diálogo “desarmado e pragmático”, com a sociedade e o mercado, sobre o assunto. “O Brasil não pode se entregar ao preconceito e à desinformação, desperdiçando duas qualidades competitivas raras que temos no cenário internacional: o domínio da tecnologia e do ciclo do combustível nuclear; e a existência de grande reserva de urânio em nosso território”, acrescentou. **(SK)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Thais Carrança | De São Paulo

Título: Gasolina e gás devem segurar inflação em janeiro

A inflação de janeiro deve continuar bem comportada, apesar do reajuste dos ônibus em São Paulo, da correção do salário mínimo e da sazonalidade dos alimentos no início do ano, avaliam economistas. A ociosidade ainda elevada da atividade e o comportamento favorável dos preços da gasolina e do gás de cozinha devem contribuir para a manutenção de um cenário benigno.

A tarifa de ônibus na capital paulista passará de R\$ 4 para R\$ 4,30 a partir de 7 de janeiro, aumento de 7,5%. A variação é superior à inflação, que deve fechar 2018 em 3,69%, segundo as estimativas do boletim Focus. Outras capitais devem anunciar reajustes entre janeiro e fevereiro.

Segundo Vagner Alves, do Santander, o impacto do reajuste deve ser de 0,06 ponto percentual sobre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA) de janeiro. O economista calcula que o índice deve passar de uma deflação de 0,21% em novembro para alta de 0,18% em dezembro de 2018 e de 0,25% em janeiro.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga o IPCA de dezembro e o índice fechado de 2018 no dia 11. Já o índice referente a janeiro será conhecido apenas no mês seguinte.

O salário mínimo vai de R\$ 954 em 2018 para R\$ 998 em 2019, reajuste de 4,6%. A correção considera o avanço de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 e a inflação de 2018 medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Até novembro, o INPC acumulado em 12 meses era de 3,56%.

Conforme Alves, o efeito do reajuste do mínimo na inflação é mais indireto e deverá ser diluído ao longo dos meses. Além disso, o impacto deverá ser pequeno, já que o ganho real é de apenas 1%. Segundo o economista do Santander, o maior peso para a aceleração da inflação em janeiro deve vir da sazonalidade dos alimentos, que tendem a subir de preço devido às chuvas.

Por outro lado, a gasolina tem forte queda de preços lá fora, o que pode levar a Petrobras a determinar novos reajustes negativos, mesmo após corte de 7% anunciado na última semana de 2018. Também pode haver redução de preço no gás de cozinha.

Já em fevereiro, a pressão inflacionária deve vir dos serviços, pois, pela metodologia do IBGE, são concentrados no mês os reajustes das matrículas escolares.

A Tendências Consultoria também estima o efeito do reajuste dos ônibus em São Paulo entre 0,06 e 0,07 ponto percentual sobre o IPCA de janeiro. Para a alta do salário mínimo, não há efeito quantificado, diz o economista Marcio Milan, mas o reajuste deve se somar a um cenário de crescimento maior do PIB, redução do desemprego e aumento da população com carteira assinada. Com isso, é esperada ligeira aceleração da inflação de serviços, de 3,2% em 2018 para 3,3% este ano.

Ainda assim, os analistas avaliam que o cenário inflacionário segue tranquilo. "A ociosidade na economia continua muito grande, isso faz com que os núcleos de inflação não fiquem pressionados", diz Alves, que espera menor variação para preços administrados este ano, como a energia elétrica.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/01/2019****Seção: Brasil****Autor: Camila Maia, Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: MME mantém presidente e capitalização da Eletrobras**

A nova composição do Ministério de Minas e Energia (MME) vai manter o processo de capitalização da Eletrobras, assim como seu presidente, Wilson Ferreira Junior, responsável pela reestruturação da companhia e principal defensor da entrada de recursos privados na estatal.

Em discurso durante a cerimônia de transmissão de cargo, o ministro Bento Albuquerque declarou que vai continuar o processo em curso de capitalização da Eletrobras. Logo depois, Ferreira Junior confirmou aos jornalistas ter sido convidado para permanecer na companhia. As duas informações foram muito bem recebidas por investidores. As ações preferenciais classe B (PNB) da estatal subiram 14,52% ontem a R\$ 32,26. A ação ordinária (ON), por sua vez, subiu 20,72%, a R\$ 29,25.

Segundo Ferreira, ainda não há decisão no novo governo sobre como será o processo de capitalização, nem se haverá privatização ou não da companhia.

A ideia original, defendida por Ferreira no governo passado, envolvia a diluição da União no capital da companhia, que se tornaria uma "corporation", ou seja, empresa de capital pulverizado. Os recursos da capitalização seriam utilizados no pagamento da outorga da "descotização" da energia enquadrada no regime de cotas, pela qual a geradora recebe uma receita para a operação e manutenção dos ativos. Essa energia passaria a ser negociada no mercado livre de energia, a preços mais atrativos.

"Normalmente, a formação de corporações é feita dando um mínimo de garantias aos investidores, mas não é um ato de privatização em si porque você não está vendendo o controle para um 'fulano'. Mas não posso afirmar que a União não vai mais ter controle da Eletrobras", disse Ferreira.

Foi o compromisso do ministro Albuquerque em retomar a capitalização que convenceu Ferreira a continuar no comando da companhia. "A capitalização é o próximo passo para a Eletrobras", disse, completando que ainda não discutiu com ele qual será o projeto e nem se haverá a formação de uma corporação.

O destino dos recursos da capitalização também não foi definido ainda. "A capitalização pode ser feita para obter recursos para terminar Angra 3, mas

também não discuti isso com ele. Não existe definição sobre isso; o que me deixou feliz foi o fato de ele ter reconhecido que o projeto é importante para o futuro da companhia", disse.

A descotização é uma alternativa, mas depende do encaminhamento que será dado pelo novo governo ao problema do déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês para diferença entre a energia vendida pelas hidrelétricas e a que foi efetivamente gerada). Hoje, o GSF das cotas é repassado integralmente aos consumidores, custando cerca de R\$ 20 bilhões na tarifa.

Para a Eletrobras, o tema das cotas era mais importante no passado, quando a estatal tinha prejuízos significativos na operação dessas hidrelétricas. Ano passado, porém, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) alterou a remuneração da energia em cotas, que passou a ter uma receita extra para investimentos em melhorias. "Agora, paramos de perder dinheiro e temos recurso para fazer o que precisa ser feito. Mas ainda defendemos a descotização", disse Ferreira.

O executivo deve se reunir novamente com o ministro Albuquerque na semana que vem, quando mais detalhes serão definidos.

A fala do ministro sobre a capitalização da Eletrobras foi o assunto que mais teve repercussão no mercado, mas o discurso de posse foi repleto de sinalizações não só no setor elétrico, mas também em óleo e gás e mineração. "Previsibilidade, estabilidade regulatória e jurídica e governança, esses três conceitos serão compromisso e instrumento de nossa gestão", disse Albuquerque no discurso.

A cerimônia de posse lotou um auditório do MME, e contou com a presença de militares, familiares do novo ministro, além de agentes do setor e líderes de entidades, além da recém-nomeada secretária-executiva da pasta, Marisete Pereira, que foi muito aplaudida pelos presentes. O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, também participou da cerimônia e ficou no palco ao lado do ministro.

O ministro falou sobre a importância das fontes renováveis, mas deu maior destaque para o tema da energia nuclear no Brasil. "Pretendemos estabelecer diálogo objetivo, desarmado e pragmático com a sociedade e o mercado sobre a fonte estratégica", disse.

No setor de óleo e gás, o ministro disse que será feito o aprimoramento do sistema de partilha da produção, a fim de conferir maior competitividade, e também atrair maior "pluralidade de investimentos". "Teremos menor custo de

transação para a União, mais investimentos e mais retornos econômicos e sociais", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia, Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Aneel vai avaliar pedido para 'aliviar' parte não gerenciável da tarifa elétrica

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) foi chamada pelo governo a opinar sobre um pleito apresentado pelas distribuidoras de energia, que pedem um alívio na chamada "CVA", jargão do setor elétrico para a parcela não gerenciável da tarifa, que acaba carregando um passivo entre um evento tarifário e outro por causa de desequilíbrios no sistema.

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) pediu que a CVA, atualmente corrigida pela Selic, passe a ter correção adicional de 1,11% ao ano. O objetivo é minimizar os problemas financeiros causados pelo descasamento de caixa nas concessionárias.

Os passivos da CVA são causa de grande parte dos reajustes tarifários elevados dos últimos anos, acima da inflação. São custos que as distribuidoras sofrem não previstos no cálculo da tarifa que acabam sendo pagos pelos consumidores posteriormente, com correção monetária. O descasamento de caixa chega a ser um problema no caso das empresas em piores condições financeiras.

Em conversa com jornalistas antes da transmissão de cargo do **Ministério de Minas e Energia**, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, explicou que uma alteração como a pleiteada pela Abradee exigiria uma portaria interministerial.

A Aneel foi, então, chamada para dar sua avaliação sobre o tema. Segundo Pepitone, a agência ainda está avaliando o pedido, mas, inicialmente, ele vai contra as bandeiras defendidas pela agência, que envolvem redução da tarifa e combate aos subsídios. Para o diretor da agência, o ideal é que os desequilíbrios do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE, espécie de condomínio que reúne toda a energia das hidrelétricas) sejam resolvidos, eliminando o problema do risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês para a diferença entre a energia vendida pelas usinas e a que foi efetivamente gerada).

O maior problema da CVA está no GSF das hidrelétricas enquadradas no regime de cotas, criado pela então presidente Dilma Rousseff em 2012, por meio da

famigerada medida provisória (MP) 579, que tinha como intenção reduzir as contas de luz.

Todas as distribuidoras têm, em seu portfólio, uma parcela da energia em cotas. Nesses contratos, contudo, o GSF é do consumidor. Nos últimos anos, o risco hidrológico das cotas têm custado por volta de R\$ 20 bilhões aos consumidores. Isso é repassado integralmente aos consumidores por meio da tarifa, mas não há previsão desse custo nos eventos tarifários.

Por isso, há uma defasagem, e o custo acaba sempre sendo incluído na tarifa do ano seguinte, com reajuste pela Selic. Se o pleito da Abradee for atendido, o reajuste será acrescido ainda de 1,11%, minimizando os danos aos caixas das distribuidoras - e aumentando o custo para os consumidores pela tarifa.

A distribuidora tem uma gestão passiva do GSF das cotas, isto é, não pode comprar mais energia a preços menores como um mecanismo de hedge. Como os custos são muito altos, isso dificulta a gestão financeira das concessionárias, principalmente aquelas que passam por problemas operacionais e financeiros e precisam captar recursos a custos elevados para minimizar os problemas de caixa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner, Rafael Bitencourt e Camila Maia | De Brasília

Título: Para ministro da Infraestrutura, Ferrogrão é projeto mais desafiador

O novo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, assumiu com a promessa de oferecer ao mercado uma série de concessões na área de transportes. Ele deixou clara a intenção, por exemplo, de avançar nos leilões da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e da Ferrogrão. Também disse esperar que ao final da próxima licitação de aeroportos, no dia 15 de março, uma nova rodada de privatizações deve ser anunciada, a sexta rodada.

"O protagonismo da iniciativa privada é fundamental", afirmou Freitas durante a cerimônia de transmissão de cargo, no auditório do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), autarquia da qual já foi diretor-executivo.

Na área de rodovias, um dos destaques é a futura concessão da BR-381 em Minas Gerais. Conhecido como rodovia da morte, pela quantidade recorde de acidentes, a estrada teve inúmeras tentativas de duplicação pelo Dnit. Até hoje a maior parte do traçado ainda é em pista simples.

Outras estradas também devem ser concedidas. Freitas mencionou a BR-364/365 (de Jataí/GO a Uberlândia/MG), a BR-364 em Rondônia, a BR-101 e a BR-470 em Santa Catarina, a BR-163 no trecho entre o norte de Mato Grosso e o sul do Pará. No caso da relicitação da Presidente Dutra (Rio-São Paulo), cujo contrato expira em 2021, ele apresentou a ideia de "colocar mais TI [tecnologia de informação] para aumentar a base de pagantes e diminuir a tarifa". Hoje, só 12% dos usuários pagam pedágio na Dutra.

No discurso, Freitas dedicou especial atenção, porém, às ferrovias. Ele se comprometeu a fazer o leilão da Fiol entre Caetitê e Ilhéus, na Bahia. "Temos players", garantiu o ministro, que já havia trabalhado na modelagem da licitação como secretário do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) na gestão Michel Temer.

Da mesma forma, assegurou que a Ferrogrão - que ligará Sinop (MT) a Miritituba (PA) - também vai ser oferecida. "Talvez seja o projeto ferroviário mais desafiador de todos", comentou, em referência ao modelo greenfield (totalmente novo). "Tem carga, tem demanda. Vai ser uma revolução para o agronegócio".

Além do leilão da Norte-Sul, que está marcado para março, o ministro disse que dará ênfase à prorrogação antecipada das concessões de ferrovias. Ele tentou fazer isso como secretário do PPI, no ano passado, mas o cronograma deslizou para 2019. O importante, segundo Freitas, é dar fim ao processo. Como exemplo dos investimentos cruzados que vão ser liberados com a renovação, citou a construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) como contrapartida a um novo contrato de 30 anos para a Estrada de Ferro Vitória-Minas, que pertence à mineradora Vale.

À frente do ministério, Freitas tratará de temas espinhosos, além das novas concessões. Ele indicou que não comprará briga com os caminhoneiros, mantendo a tabela de preço mínimo do frete. Disse que a queda do preço do petróleo e a valorização do real em relação ao dólar têm segurado a alta do diesel.

O ministro falou ainda sobre a devolução de rodovias concedidas na gestão Dilma Rousseff e o plano de reestruturação das agências reguladoras ANTT e Antaq, assuntos que não têm decisão tomada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/01/2019****Seção: Empresas****Autor: Rafael Bitencourt, Camila Maia Daniel Rittner e Rodrigo Polito | De Brasília e do Rio****Título: Wilson Ferreira fica na Eletrobras e segue com capitalização da estatal**

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, foi confirmado ontem no cargo e terá a missão de dar continuidade ao processo de capitalização da estatal. A confirmação veio logo após a cerimônia de posse do almirante Bento Albuquerque como ministro de Minas e Energia, que em seu discurso disse que daria continuidade ao processo iniciado por Ferreira Junior. A reação do mercado foi instantânea. Ainda durante a cerimônia, pouco antes do meio dia, as ações ON da Eletrobras começaram a subir, foram a leilão logo em seguida e fecharam o dia cotadas a R\$ 29,25, com alta de 20,72%.

"Previsibilidade, estabilidade regulatória e jurídica e governança, esses três conceitos serão compromissos e instrumento de nossa gestão", afirmou Albuquerque no discurso.

Após a cerimônia de posse e já confirmado no cargo, Ferreira Junior disse aos jornalistas que o ministro se comprometeu em manter o processo de capitalização e reconheceu que é necessário que a empresa tenha acesso a mais recursos para poder executar seu projeto de reestruturação.

Não está definido, contudo, qual será o modelo de capitalização, nem se o projeto anunciado em agosto de 2017, que planejava a venda do controle da companhia de forma pulverizada, a transformando numa "corporation", será mantido. Tudo isso ainda será negociado com o novo governo.

A afirmação do ministro foi o primeiro sinal favorável à privatização da estatal desde que o então candidato Jair Bolsonaro (PSL) afirmou em outubro, durante a campanha, que não deveria vender o "miolo" da Eletrobras.

A manutenção de Ferreira Junior foi um aval do ministro às práticas que estão sendo implementadas. Além da desestatização da holding, a agenda inclui a diminuição do endividamento da companhia, a venda de ativos de menor porte (de geração de energia eólica e transmissão), aumento da governança e redução de custos.

Outra notícia que ajudou a puxar os preços das ações da estatal foi o comunicado da assinatura, na segunda-feira, do termo de adesão ao acordo de leniência firmado entre o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da

União (CGU) e a Odebrecht. A Eletrobras e subsidiárias serão ressarcidas em R\$ 162 milhões por conta das participações acionárias nas hidrelétricas de Santo Antônio e de Belo Monte, projetos em que houve pagamentos de propinas.

A elétrica receberá o montante em 21 parcelas anuais, a serem corrigidas pela taxa básica de juros (Selic), a partir de outubro. O maior valor será pago a Furnas, cerca de R\$ 117,7 milhões, que possui 41% de participação em Santo Antônio. Eletronorte, que detém 19,98% de Belo Monte, receberá R\$ 17,6 milhões. Com 15% cada uma no projeto, Eletrobras e Chesf receberão R\$ 13,2 milhões.

A Odebrecht firmou o acordo de leniência em julho de 2018, se comprometendo a devolver R\$ 2,7 bilhões à União e empresas estatais lesadas por atos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato.

Segundo a companhia, uma investigação independente constatou que as empresas da Eletrobras tiveram perdas de R\$ 122,8 milhões com a participação na usina de Santo Antônio e R\$ 91,4 milhões com Belo Monte em 2017.

A Odebrecht informou ao **Valor** que os R\$ 162 milhões relativos ao termo de adesão fazem parte das quantias já acordadas com o Ministério Público Federal (MPF), CGU e Advocacia-Geral da União (AGU) e seguirão o fluxo acordado nos respectivos acordos.

"A Odebrecht tem demonstrado que está disposta a colaborar de forma eficaz com autoridades em busca do pleno esclarecimento dos fatos narrados pela empresa e ex-executivos. A Odebrecht já usa as mais recomendadas normas de conformidade em seus processos internos e segue comprometida com uma atuação ética, íntegra e transparente", afirmou em nota.

Segundo uma fonte, a assinatura do termo de adesão é favorável ao processo de venda da hidrelétrica de Santo Antônio para a chinesa State Power Investment Corporation (Spic), mas o maior problema envolvendo a transação é relativo ao risco hidrológico (calculado pelo fator GSF, na sigla em inglês).

"O problema é bem maior [que o ressarcimento] e, para ser bem vendida, Santo Antônio precisa resolver problemas regulatórios, em especial quanto ao GSF", disse a fonte, sob condição de anonimato. "A venda [de Santo Antônio] antes do fim da crise hídrica e solução para o GSF pode até acontecer, mas a Eletrobras perderá muito", completou ela. **(Colaboraram Ivan Ryngelblum e Rodrigo Rocha, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/01/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Petrobras terá mudanças na diretoria e conselho**

O novo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, toma posse hoje, em meio a expectativa de mudanças no comando da companhia. Às vésperas da cerimônia que oficializará a mudança na presidência da empresa, os conselheiros Luiz Nelson de Carvalho e Francisco Petros Papathanasiadis renunciaram aos seus cargos, abrindo espaço para que a equipe do governo de Jair Bolsonaro indique novos nomes e dê sua própria cara ao comando da petroleira em ao menos quatro posições no alto escalão da estatal.

A diretoria de refino e gás natural e a diretoria de estratégia, organização e gestão estão vagas desde as respectivas saídas de Jorge Celestino e Nelson Silva. Já Carvalho deixa a presidência do conselho de administração, cuja cadeira passará a ser ocupada interinamente pelo conselheiro Jerônimo Antunes, mas que ainda pode vir a ser trocada no futuro. Papathanasiadis, por sua vez, renunciou à presidência do Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão do conselho da Petrobras.

A decisão de Carvalho e Papathanasiadis de renunciar foi amadurecida ao longo dos últimos meses, na esteira da troca de governo, na avaliação de três fontes da administração da companhia. Os dois eram membros independentes do conselho, ambos indicados pelo acionista controlador.

Carvalho assumiu a presidência do conselho em 2015, após a renúncia de Murilo Ferreira do cargo. Na última semana, o executivo já havia publicado uma carta aos funcionários da Petrobras fazendo um balanço de sua gestão, num tom de despedida. Na mensagem de fim de ano, Carvalho agradecia à força de trabalho e fazia votos de que a "administração que venha a assumir a partir de janeiro de 2019 consiga atuar rumo a um progressivo retorno à normalidade" da companhia.

Já Papathanasiadis ocupava uma cadeira no conselho desde 2016. Em novembro, o conselheiro concedeu entrevista ao "À mesa com o Valor" e, questionado sobre o futuro da gestão Castello Branco, disse esperar um aprofundamento da reestruturação que já vinha sendo conduzida pelos ex-presidentes Pedro Parente e Ivan Monteiro, tendo como efeito a redução conjunta do valor agregado e da dívida da companhia - fruto da venda de ativos - e o aumento da eficiência para o investidor.

De acordo com uma das fontes consultadas pelo **Valor**, a saída dos dois conselheiros se trata de um "movimento natural à luz da troca de governo". Carvalho e Papathanasiadis tinham mandatos até 2020. Uma das fontes comenta, no entanto, que embora o cargo possua mandato fixo, uma boa governança exige alinhamento mínimo entre os conselheiros e a diretoria da empresa, que passa por mudanças.

A expectativa é que as duas cadeiras fiquem vagas até abril, para quando está prevista a assembleia geral ordinária, mas nada impede que uma assembleia extraordinária de acionistas seja convocada para referendar os novos nomes. O **Valor** apurou que a escolha dos novos diretores da petroleira vem sendo conduzida pessoalmente por Castello Branco desde dezembro.

Os trabalhos de transição no comando da petroleira foram marcados por momentos de ruído nos bastidores da administração da companhia. Há duas semanas, enquanto se preparava para a transição, **o almirante Bento Albuquerque, novo ministro de Minas e Energia**, se instalou nos escritórios da Petrobras, no Rio, onde manteve reuniões de trabalho. Segundo fontes, Albuquerque pediu à então presidente substituta da estatal, Solange Guedes, uma sala para ele e nove assessores - incluindo um cozinheiro - dentro da Petrobras.

A presença de Albuquerque na estatal foi interpretada, por fontes próximas da companhia, como uma tentativa do novo ministro de ocupar espaço na petroleira e despertou a preocupação sobre até que ponto, na gestão de Jair Bolsonaro (PSL), o governo e os militares terão ingerência sobre a Petrobras. A estatal informou, via assessoria, na ocasião, que descartava ceder um gabinete permanente para o Ministério de Minas e Energia dentro da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/01/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério sobe 0,91%

O minério de ferro negociado no porto chinês de Qingdao abriu as negociações de 2019 ontem a US\$ 72,07 a tonelada, queda de 0,91% em relação a segunda-feira, segundo a "Metal Bulletin". O índice leva em conta o produto com teor de ferro de 62%. A commodity encerrou 2018 praticamente estável, subindo 0,17% no acumulado do ano. No mercado futuro, os contratos do minério para maio

recuaram 0,61% em Dalian, a 489,5 yuans a tonelada. Para o aço, os futuros da bobina a quente caíram 1,49%, para 3.294 yuans a tonelada. O vergalhão caiu 0,53%, para 3.382 yuans a tonelada.

Petróleo em alta

Os preços do petróleo fecharam em alta ontem. A melhora de sinal em Wall Street deu suporte aos preços do petróleo, cuja correlação com o comportamento das ações tem aumentado, num momento em que ambos têm reagido mais ao sentimento sobre o ritmo da atividade econômica global. Em Londres, o Brent para março terminou em alta de 2,06%, cotado a US\$ 54,91 o barril, após subir 5,13% no pico, para US\$ 56,56. Nos EUA, o contrato de petróleo WTI com vencimento em fevereiro fechou em alta de 2,49%, a US\$ 46,54 o barril, depois de alcançar US\$ 47,78.

Cade e Vale

A aquisição da totalidade de ações da New Steel Global pela Vale, por US\$ 500 milhões, num negócio que foi firmado em dezembro envolvendo minérios, obteve parecer para que seja aprovada pela Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). As empresas alegaram ao órgão antitruste que a operação envolve práticas pró-competitivas, pois viabilizará a obtenção de eficiências no mercado de mineração ao possibilitar a utilização de uma tecnologia que, segundo os seus defensores, esteve adormecida até recentemente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/01/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Petros fechará novo plano após migrações

O novo plano de contribuição definida da Petros (fundo de pensão dos funcionários da Petrobras), o PP-3, será fechado após a conclusão da migração dos participantes que aderirem às mudanças que estão em andamento, esclareceu a patrocinadora. O PP-3 visa substituir o PPSP, plano de benefício definido deficitário da Petros. A estatal também negou as acusações de que a conta recai somente sobre os participantes e de que não fez nenhum esforço no processo de migração.

"A patrocinadora pagará integralmente o montante que estava destinado a ela no plano de equacionamento e os déficits não equacionados até o momento da

migração", informou em comunicado com esclarecimentos sobre o novo plano publicado no site da Petros. A Petrobras também disse que arcará com as contribuições patronais futuras dos atuais assistidos e dos participantes na fase de assistido, de forma proporcional ao tempo de vinculação ao plano. Além disso, com objetivo de oferecer maior liquidez para o PP-3, as obrigações paritárias da patrocinadora serão antecipadas.

O PPSP concentra os ativos mais problemáticos da fundação. Desde o ano passado, tanto a patrocinadora quanto os participantes do PPSP estão fazendo contribuições extraordinárias para sanear um déficit de R\$ 27,7 bilhões em 18 anos. A fatia da Petrobras corresponde a R\$ 12,8 bilhões. Se o novo plano for implementado na prática, os descontos extraordinários para sanear os déficits seriam eliminados, assim como a possibilidade de novos equacionamentos. No plano de contribuição definida (CD), cada participante terá conta individual e a renda será de acordo com o montante acumulado.

O conselho deliberativo da fundação aprovou a criação do novo plano em 17 de dezembro. A proposta ainda precisa passar pelo crivo do conselho de administração da Petrobras, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e também da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais (Sest).

A adesão será voluntária e a Petrobras esclareceu que o PP-3 somente irá recepcionar os participantes que desejarem migrar do PPSP. A Petrobras vai dispor apenas de um plano aberto para novos funcionários, o PP-2. De acordo com a Petrobras, é falsa a afirmação de que o PP-3 não considerou todos os problemas que de fato prejudicaram o PPSP e as investigações que estão em curso dentro da Polícia Federal e do Ministério Público. A Petros prosseguirá com seus esforços de colaboração com esses órgãos em busca de ressarcimentos e quitações, garantiu. Se forem bem-sucedidos, os valores serão compartilhados entre os participantes que efetuarem a migração e os que permanecerem em seus planos atuais.

A Petrobras destacou que não houve intenção dos representantes das entidades sindicais de participar das discussões sobre o PP-3, apesar de ter sido aberta a possibilidade. "A Petrobras e a Petros seguem avaliando as alternativas apresentadas pelas entidades sindicais no âmbito do GT Paritário (grupo de trabalho que discute o equacionamento do déficit do PPSP)", acrescentou.

A Federação Única das Petroleiras (FUP) informou que está organizando com outras entidades representativas campanha de esclarecimento "sobre as armadilhas do PP-3 e os prejuízos que a migração para o novo plano causarão aos participantes e assistidos". "A Federação também discutirá um amplo plano

de lutas no campo jurídico, político e institucional para barrar o PP-3", disse em seu site.

MME / ASCOM .